

Entre o cristal e o fluxo: fontes historiográficas e as articulações têmporo-espaciais

Between the crystal and the flow:
historiographical sources and time-space articulations

Patrícia Falco Genovez¹

patricia.genovez@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4453-7312>

Resumo: Esta “nota” tem como pano de fundo uma investigação de pós-doutoramento onde são levantadas algumas questões sobre a História e os seus recursos de investigação. Algumas dessas questões estão profundamente relacionadas ao fato de essa disciplina desconsiderar uma abordagem crítica de seu próprio fazer. Daí surgiu uma espécie de enrijecimento do ofício do historiador, não permitindo diálogo mais profundo com outras áreas do conhecimento e a apropriação de novos conceitos de tempo. A presente reflexão surge com a possibilidade de uma leitura historiográfica das fontes tendo como ponto de apoio a interação têmporo-espacial. Tal possibilidade é um desafio para a historiografia no sentido de tratar as fontes como um fluxo contínuo, ou seja, como uma narrativa.

Palavras-chave: fontes historiográficas, tempo-espço, narrativa.

Abstract: This “note” has as its background a post-doctoral research where some questions about History and its inquiry resources are brought forward. Some of these questions are deeply related to the fact that this discipline disregarded a critical approach to its own job. From this came out a kind of stiffening of the historian’s craft not allowing any kind of dialogue with other knowledge areas and the formation of new concepts of time. The present reflection comes up with the possibility of a historiographic source reading supported by the time and space interaction. Such possibility is a challenge to historiography to deal with the source as being an ongoing flow, in other words, as a narrative.

Keywords: historiographical sources, time-space, narrative.

¹ Universidade Vale do Rio Doce. Campus Antônio Rodrigues Coelho (Campus II). Rua Israel Pinheiro, 2000, Bairro Universitário, CEP 35020-220, Governador Valadares, Minas Gerais. Observatório Interdisciplinar do Território - OBIT/UNIVALE Bloco C2 - Sala 1 e 2.

Introdução

Inicialmente, considero importante realçar o caráter preliminar dessas notas de pesquisa. Em outras palavras, não pretendo apresentar resultados e/ou considerações finais de uma pesquisa acadêmica, mas, sobretudo, estabelecer um ponto de diálogo para esboçar algumas reflexões oriundas de um estágio pós-doutoral. São apenas reflexões, visto que um texto de notas de pesquisa não permite ir muito além disso, e a proposta do estudo tem uma profundidade que extrapola até mesmo o formato de um artigo e exige a dedicação de uma vida acadêmica. Eis, portanto, meu primeiro desafio: encontrar uma linguagem adequada para dialogar e compartilhar uma experiência de pesquisa que me levou a repensar toda minha trajetória acadêmica. Pois bem, não vou entrar nessa questão, não pelo menos nesse momento, do quanto esse esforço inicial, numa perspectiva dialogal, remete a toda uma discussão sobre a escrita da História e a sua busca pela consistência teórica e metodológica.

Entretanto, buscarei não deixar de lado tamanha e esperada consistência, muito embora esteja tentada a continuar escrevendo na primeira pessoa ao mesmo tempo que lembro a todo instante que, por várias vezes, ouvi ao longo da minha formação acadêmica que a escrita na primeira pessoa é para textos memorialísticos ou confidenciais e que para escrever História (“de verdade”) e produzir bons artigos é sempre importante deixar as subjetividades e adjetivações de lado. Enfim, dadas as circunstâncias atuais, acho que meu pecado poderá ser um dia perdoado; afinal, estou escrevendo algumas notas de pesquisa e tentando compartilhar uma experiência reflexiva sobre as fontes historiográficas e tenho consciência de que essa trajetória em nada se aproxima das trajetórias de alguns historiadores brilhantes que, certamente, já resolveram boa parte de suas incertezas e possuem um conhecimento muito mais amplo e sofisticado do que aquele que apresento aqui. Lembrando Febvre (1989, p. 28), que dizia não gostar muito de “substituir a conferência pela confidência”, percebo neste momento uma oportunidade de expor o outro lado da produção do conhecimento histórico: o que há de humano e frágil num historiador disposto a questionar seu próprio fazer.

Para situar melhor meu leitor, esclareço que nesse estágio pós-doutoral propus, a princípio, uma discussão sobre a articulação têmporo-espacial nas fontes historiográficas e, mais especificamente, refletir sobre uma constante na produção do conhecimento histórico: a articulação entre temporalidades dissociadas de suas espacialidades. Não se deve perder de vista que essa questão não é propriamente uma novidade e que vem sendo considerada recentemente na teoria da história (Bonneuil, 2010; Roth,

2012; Runia, 2006). Mas aqui essa reflexão terá como pano de fundo uma imersão na minha própria formação e posterior trajetória acadêmica. Nesse sentido, apresentarei, num primeiro momento, esse percurso de formação acadêmica entremeado à discussão da presença ou ausência do espaço na História enquanto área do conhecimento; esse percurso será importante para, num segundo momento, refletirmos sobre a prática historiográfica considerando a articulação têmporo-espacialidades, presente tanto na concepção da fonte quanto na sua percepção e posterior interpretação da História.

Tempo e espaço num percurso de formação acadêmica

Durante toda a minha formação, tive em Lucien Febvre, que já citei acima, uma espécie de “ídolo”. Lembro-me da primeira vez que li *Combates pela História* e o quanto me senti emocionada ao ler aquela passagem célebre na qual Febvre, de forma arrebatadora, diz a seus alunos da École Normale Supérieure:

Amo a História. Se não amasse, não seria historiador. Fazer a vida em duas: consagrar uma à profissão, cumprida sem amor; reservar outra a satisfação das necessidades profundas, algo de abominável quando a profissão que se escolheu é uma profissão de inteligência. Amo a História e é por isso que estou feliz para vos falar, hoje, daquilo que amo (Febvre, 1989, p. 28).

Eu também estarei falando sobre algo que amo e que por algum tempo, em função das atribulações do dia a dia de professora/pesquisadora, tornou-se, muitas vezes, uma profissão de inteligência. Aulas, projetos, artigos, orientações, trabalhos e provas para corrigir... Quem não viveu esse torvelinho infundável, um dia viverá. Mas nunca quis fazer outra coisa, e esse estágio pós-doutoral me trouxe de volta a emoção de ser historiadora; diria mais, trouxe novamente o prazer e o amor que tenho ao pensar, falar e refletir sobre História. Hoje consigo desvelar de maneira mais ampla as palavras de Febvre e, por isso, decidi escrever essas notas de pesquisa numa linguagem que não é aquela usualmente acadêmica.

Eu tive outros “ídolos”. Levei para meu percurso acadêmico a definição de História sugerida por Marc Bloch (2001, p. 55) e confesso que a achava perfeita: “Ciência dos homens, dissemos. É vago demais. É preciso acrescentar: dos homens, no tempo. O historiador não apenas pensa o humano. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração”. Sempre achei que esses seriam bons referenciais para os alunos de História, mas minha perspectiva começou a mudar

quando comecei a ministrar disciplinas em um mestrado interdisciplinar. Falar de História para quem fez o vestibular, estuda e fala de História é bem mais confortável do que tentar fazer isso para administradores, *designers*, linguistas, advogados, enfermeiros, biólogos, arquitetos, psicólogos, artistas plásticos, poetas, médicos, engenheiros, demógrafos, dentre outros.

Diante dessa plateia heterogênea, comecei um novo exercício: traduzir a História para torná-la mais palatável a quem jamais ouviu falar de Febvre, Bloch, Koselleck, Ciro Cardoso, José Carlos Reis ou outro historiador com que, de um modo geral, graduandos e pesquisadores da área desenvolvem tanta familiaridade. Assim, em uma disciplina que ministrei, “Estudos Territoriais”, comecei a ousar: selecionei Fernand Braudel (1987), *Espaço e a História no Mediterrâneo*, síntese da obra *O Mediterrâneo*, para explicar as várias temporalidades da História e o marco inicial do que, posteriormente, tornou-se a geo-história em uma tentativa de aproximação entre História e Geografia. Não foi nada fácil. A ideia era dar aos alunos um momento para discutirmos como o espaço geográfico é também um espaço cultural que apresenta profundas interferências nas sociedades históricas que viveram às suas margens; e, mais, apresentar as várias temporalidades que se desenrolam em ritmos diferentes e as escalas distintas de espacialidades. Esse esforço de tradução lançou-me a questão de fundo do pós-doutoramento: como, afinal, tempo e espaço se articulam na percepção que temos da História? Essa questão foi, gradativamente, sendo aprimorada e sofreu alguns ajustes. Ela me instigou a voltar aos meus antigos ídolos e a buscar novos interlocutores. Percebi que precisaria conversar com muita “gente” (autores).

Na busca pela possibilidade de articulação entre espaço e tempo, percebi que Bloch falou fundamentalmente da passagem do tempo e, de forma correlata, da ideia de temporalidade (Barros, 2006, p. 461). Lembrei-me de que, em meio às pesquisas e estudos que deram continuidade à minha formação, ouvi vozes dissonantes que me colocavam frente a uma outra coordenada, além do tempo. Refleti várias vezes sobre as colocações de Michel Foucault, feitas na década de 1980. Foucault advertia que a “mania” que tanto obcecou o século XIX, a história, seria substituída: “A época atual seria talvez de preferência a época do espaço. Estamos na época do simultâneo, estamos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado a lado, do disperso” (Foucault, 2003, p. 401).

O espaço como outra coordenada do historiador surgiu em meio à expansão dos domínios historiográficos, mas foi apropriado em meio a um percurso um tanto quanto superficial de busca de interdisciplinaridade em relação à Geografia. Pode-se dizer que essa apropriação se deu a partir de um conceito mais tradicional de espaço

“como lugar que se estabelece na materialidade física, como campo que é gerado através das relações sociais ou como realidade que se vê estabelecida imaginariamente em resposta aos dois fatores anteriores” (Barros, 2006, p. 462). Em Koselleck (2014, p. 74), essa relação entre tempo e espaço é verificada em vários historiadores, dentre os quais destaca Droysen (espaço e tempo como registro da nossa concepção) e os geógrafos Humboldt, Ritter, Kapp e Ratzel. Entretanto, a maioria dos historiadores optou pela dominância do tempo (paradigma têmporo-normativo), e esta preferência se deu por uma razão particular: “desde sempre, o historiador, ao perguntar como chegamos à situação atual, diferente da anterior, se interessa por novidades, pela mudança, por alterações” (Koselleck, 2014, p. 76). A tese para solucionar a dificuldade da relação entre tempo e espaço é resolvida por Koselleck (2014, p. 77) com a proposição de que ambos são considerados “condições de possibilidade da história”. Nesse sentido, “o espaço é algo que precisamos pressupor meta-historicamente para qualquer história possível e, ao mesmo tempo, é historicizado, pois se modifica social, econômica e politicamente” (Koselleck, 2014, p. 77).

Curiosamente, fui percebendo que essa mesma separação e, em certa medida, uma hierarquização entre tempo e espaço se fez presente também na Geografia. Dessa maneira, os geógrafos se assenhorearam do espaço, e os historiadores, do tempo. Para o renomado geógrafo Henri Lefebvre (2006), falamos de espaço a partir de uma imaginação profundamente enraizada que acaba por privar o espaço de suas características mais desafiadoras, congelando-o.

Quando da escrita de *A produção do Espaço*, na década de 1970, Lefebvre explicitava o desconforto de alguns geógrafos. A transcrição é longa e expressa com elevado detalhamento as questões que permearam e ainda permeiam o conceito de espaço, antecipando em quase uma década, de certa forma, a proposição de Foucault:

A partir das performances dos cosmonautas, depois com os foguetes interplanetários, o espaço estava incontavelmente “na moda”: espaço disto, espaço daquilo (espaço pictórico, escultural, até musical); mas a imensa maioria das pessoas e do público só entendiam por essa palavra, o Espaço (maiúsculo) carregado de conotações novas e singulares, as distâncias cósmicas. Tradicionalmente, o termo não evocava senão os matemáticos, a geometria (euclidiana) e seus teoremas, portanto uma abstração: um recipiente sem conteúdo. Na filosofia? Com frequência, o espaço era desdenhado, tratado como uma “categoria” entre outras (um “a priori”, diziam os kantianos: uma maneira de dispor os fenômenos sensíveis). Às vezes, era carregado de todas as ilusões e de todos os erros: desviando a interioridade de “si”, o desejo

e a ação, para o exterior, portanto, a vida psicológica para fora e para o inerte, espedaçante e espedaçado (com e como a linguagem: Bergson). Quanto às ciências que dele se ocupavam, elas o repartiam, o espaço se fragmentando segundo postulados metodológicos simplificados: o geográfico, o sociológico, o histórico etc. No melhor dos casos, o espaço passava por um meio vazio, recipiente indiferente ao conteúdo, mas definido segundo certos critérios inexprimidos: absoluto, ótico-geométrico, euclidiano-cartesiano-newtoniano. Se “espaços” eram admitidos, eram reunidos num conceito cujo alcance permanecia mal determinado. A noção de relatividade, mal assimilada, se estabelecia à margem do conceito, das representações e, sobretudo, do cotidiano, devotados à tradição (o tridimensional, a separação do espaço e do tempo, do metro e do relógio etc.) (Lefebvre, 1989, p. 3).

Esmiuçar a intensidade do trecho expresso por Lefebvre exige esforço epistemológico e filosófico; e até mais, um diálogo profundo e uma aproximação com a Física. Fez-me refletir sobre as concepções de tempo e espaço que, afinal, subjazem não só à Geografia, mas também à historiografia. Esta aproximação, e quem sabe, até uma interação entre História e Geografia tem sido tratada por autores que não conheci durante minha formação (Vitiello, 1994; Peres, 1974). Há outros pesquisadores mais recentes que continuam a reflexão (Aseguinolaza, 2011; Barros, 2017). De fato, boa parte da produção historiográfica a que tive acesso, senão toda ela, navegava nas ondas de um tempo newtoniano; o mesmo se pode dizer da percepção do espaço. As duas dimensões a partir da mecânica newtoniana são absolutas e independentes; a relação entre elas é compreendida como deslocamento no espaço ou no tempo, isto é, movimento. Em absoluto, as duas dimensões sofrem por isso algum tipo de modificação; nada mais justo que, posteriormente, as duas dimensões tenham sido apropriadas separadamente pela História e pela Geografia, de forma independente. Na teoria da relatividade de Einstein, entretanto, as duas categorias não são absolutas e, portanto, configuram uma única dimensão espaço-tempo; esta unidade implica uma interferência de uma sobre a outra. Que implicações disto temos diante de nós? Para Cassirer (2000, p. 441 *apud* Porto e Porto, 2008, 1603-3), “ambos os conceitos encerram uma verdade inegável, não porque lhes dêem crédito nossas sensações, mas por algo muito mais importante: porque são indispensáveis para a totalidade de nossa concepção científica do mundo”.

Em resumo, o que tudo isto quer dizer para os minha trajetória de historiadora? Quer dizer que fui instruída a intuir o tempo a partir da teoria física de Isaac Newton

(1643-1727), pautando-me pelo relógio de pêndulo de Huygens (século XVII). Quantos outros foram instruídos como eu? “Newton concebia apenas uma forma básica de tempo como verdadeira, dividida em um tempo absoluto (matemático) e outro relativo (medição)” (Marques, 2008, p. 48). Suas ideias sobreviveram até o século XX, especialmente na Física; no âmbito filosófico, retomou-se a defesa da ideia de um tempo psicológico que, na historiografia, será traduzida na configuração das temporalidades. A questão é que essa ideia de tempo absoluto acabou tornando-se “determinante na concepção e existência em si do universo. É, porém, um tempo que acaba se confundindo com a temporalidade subjetiva, enquanto seja apreendido pelo ser humano” (Marques, 2008, p. 48).

Em outras palavras, imersa neste cenário, ainda não imagino como intuir o tempo a partir de Einstein, que considera o tempo absoluto também relativo; além disso, tempo e espaço são articulados numa única dimensão. Eu também não alcanço como seria intuir o tempo a partir da física quântica, “na medida em que subverte a ordem e a lógica dos acontecimentos no plano molecular” (Marques, 2008, p. 48). Dentre algumas implicações do tempo quântico, podemos considerar como básica que “o tempo é irreversível e que, portanto, sua flecha aponta sempre para o futuro – o que a Relatividade não consegue provar. [...] o tempo possivelmente terá um fim, quando toda a energia do universo for liberada e a entropia atingir seu nível máximo” (Marques, 2008, p. 49). Dessa maneira, um sistema considerado passaria da ordem para o caos. Entretanto, se pensarmos a partir da Teoria da Evolução, há que se considerar que, numa progressão, o caos se racionaliza para a ordem. “E assim, tanto o tempo da física quanto o psicológico, a temporalidade dos filósofos, se constituem em uma estrutura que é ao mesmo tempo linear e cíclica” (Marques, 2008, p. 49).

Sei que na História o tempo não é dado, é constituído e configurado. O que estou colocando é qual é o ponto de partida que tenho para considerar essa constituição. Ainda estou no século XVII! A pergunta que me atormenta é como sair de lá? Será necessário um longo caminho de reflexão para alcançar o que o filósofo McTaggart propôs no início do século XX sobre as teorias derivada do Tempo (presentismo e eternalismo) que, de certo modo remontam ao filósofo pré-socrático Heráclito (realidade como fluxo - processo) e ao filósofo pitagórico Parmênides (realidade imutável - verdade) (McTaggart, 1908). O debate permanece entre os físicos teóricos, a partir das teorias da persistência: endurantismo, perdurantismo e *stage view* e tem exigido uma guinada na minha formação (Hawley, 2020).

Voltando a Lefebvre, percebe-se que o autor não evoca no trecho transcrito acima apenas a complexidade

da noção datada de tempo e espaço e suas infundáveis implicações; ele também evoca uma separação entre as duas categorias. Essa separação também incluía e ainda inclui uma hierarquização. Ou, dito de outra forma, em que pese os alertas de Lefebvre e Foucault da emersão da dimensão espacial, o que se verifica é que ainda há certa priorização do tempo sobre o espaço e, indo um pouco mais além, há um problema de conceituação que permeia a produção do conhecimento em várias áreas (Massey, 2009). Essa priorização ocorreu na época moderna, do ponto de vista filosófico, a partir da segunda metade do século XIX. Nesse período, Bergson (2006) surge como um pensador contemporâneo que, ao “redescobrir” a temporalidade, aprofunda a desvalorização e a subordinação do espaço em relação ao tempo. O espaço surge associado à representação e acaba por se contrapor ao dinamismo do tempo, em fluxo contínuo. Em síntese, o espaço é tido como uma ilusão e é capaz de relativizar o tempo a partir de três operações distintas e complementares: dividir, imobilizar e selecionar. Outro autor que contribuiu com o pensamento histórico foi Heidegger, conectando espaço, tempo e lugar (Heidegger, 1995; Franck, 1986).

Visto por esse ângulo, o espaço é concebido tal como na crítica de Lefebvre, como um vazio capaz de conter a realidade e realizar as operações de divisão, imobilidade e seleção sobre o tempo em fluxo (mudança). Semelhantemente a Bergson, Certeau (1982, p. 19) também apresenta uma perspectiva de tempo dinâmico e de um espaço em branco, basicamente considerado enquanto lugar onde a história se inscreve. Em suas palavras, “encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura)” (Certeau, 1982, p. 65). A partir desse pressuposto, a pesquisa historiográfica “se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. [...] É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” (Certeau, 1982, p. 66). Vamos guardar essa última frase. Ela será fundamental para uma reflexão mais à frente. Nessa mesma linha, podemos acrescentar o espaço pressuposto meta-histórico proposto por Koselleck, já exposto acima.

De certa forma, essa perspectiva bergsoniana que repercutiu em vários campos do conhecimento e em vários autores de referência na historiografia só foi rompida no meu percurso acadêmico quando me deparei com a proposta de Doreen Massey (2009). Para a autora,

Conceber o espaço como um recorte estático através do tempo, como representação, como um sistema fechado,

e assim por diante, são todos modos de subjugar-lo. Eles nos permitem ignorar sua verdadeira relevância: as multiplicidades coetâneas de outras trajetórias e a necessária mentalidade aberta de uma subjetividade espacializada. Em grande parte da filosofia é o tempo que tem sido uma fonte de estimulação (em sua vida) ou de terror (em seu passar). Quero afirmar (e deixando de lado, no momento, o fato de que não os deveríamos separar dessa forma) que o espaço é igualmente divertido e ameaçador. Se o tempo deve ser aberto para um futuro do novo, então o espaço não pode ser equiparado com os fechamentos e horizontalidades da representação. De um modo mais geral, se o tempo deve ser aberto, então o espaço tem de ser aberto também. Conceituar o espaço como aberto, múltiplo e relacional, não acabado e sempre em devir, é um pré-requisito para que a história seja aberta e, assim, um pré-requisito, também, para a possibilidade política (Massey, 2009, p. 94-95).

Essa perspectiva de reaver a história sem uma ideia de espaço como representação, mas pensando a partir de uma interação têmporo-espacial ou, como Massey (2009) denomina, de tempos espaciais, lançou-me ao meu segundo desafio: sair da concepção newtoniana em direção à relatividade einsteiniana, implicando uma mudança radical no modo de pensar a produção do conhecimento histórico e de conceber a História. Foi o primeiro impulso para sair do século XVII! Cheguei a uma primeira reflexão: a produção do conhecimento histórico partiria de uma leitura que requer interação e multiplicidade de tempos espaciais que podem ter sido percebidos, vivenciados e narrados de maneira diversa, saindo das perspectivas do endurantismo ou do perdurantismo e, possivelmente, pensando ainda de modo intuitivo, estabelecendo-se na ótica da *stage view* (Hawley, 2020). Mas como realizar tal tarefa? Retomando novamente a minha condição de historiadora/flecha me apercebi diante de um terceiro desafio: acessar essa interação nas fontes historiográficas. Mais do que isso, me levou em primeiro lugar a lembrar: o que é mesmo uma fonte histórica?

A concepção de fonte e a prática historiográfica articulando temporalidade-espacialidade

Se procurarmos nos manuais de História o que é uma fonte historiográfica, a resposta se aproximará de um padrão que podemos ilustrar da seguinte maneira: “tudo aquilo produzido pela humanidade no tempo e no espaço; a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento histórico” (Silva e Silva, 2006, p. 158). Elas aparecem como termo correlato de registro, vestígio e documento histórico.

De um modo geral, somente em obras mais consistentes sobre metodologia e teoria aparecem uma tipologia e uma taxonomia das fontes historiográficas. Estabelece-se um processo primordial para a pesquisa histórica a partir do qual o historiador busca: a) a posição da fonte em relação à época, ao processo histórico em questão, à ideologia e ao problema levantado pelo historiador com vistas a identificá-la como fonte direta ou indireta; b) a intencionalidade, avaliando quanto à sua involuntariedade; c) a qualidade no que tange ao suporte e à mensagem onde se verificam as fontes materiais e culturais (verbais e não verbais); d) as fontes seriáveis e as singularizadas (Barros, 2012).

Esse processo de tipologia e taxonomia é o primeiro passo para a crítica interna e externa das fontes e é nesse sentido que alguns teóricos, como Koselleck, destacam o papel primordial do filólogo Johann Martin Chladenius, posteriormente latinizado para Chladenius. Lembrei-me de que li sobre crítica documental quando ainda estava na graduação. Voltei aos meus textos antigos e, numa breve passagem, constatei que meu professor havia falado, de relance, sobre Chladenius. Não vi mais nada sobre esse autor depois. Só agora redescobri sua importância a partir de Koselleck.

Em seu livro *Princípios gerais da Ciência Histórica: exposição dos elementos básicos para uma nova visão sobre todos os tipos de saberes* (1752), Chladenius dividiu seu sumário em várias temáticas que estão atualmente em voga no debate histórico, mas vou destacar algumas que postulam a relação entre a história e a narrativa, a história e os diversos pontos de vista, a influência da história na retórica, na poesia, na crítica e na teologia; a ligação causal de várias histórias humanas; como cada espectador observa os eventos a partir do seu ponto de vista; a transformação da história ao ser narrada; a correlação dos eventos e da história; a probabilidade e as coisas futuras como conhecimento da história (Chladenius, 2013, p. 4-18).

Bentivoglio, na apresentação da obra de Chladenius (2013, p. 25), destaca sua contribuição:

Para ele o ponto de vista dos indivíduos constitui um universo de relatos possíveis, motivados por circunstâncias particulares, que expressam as dificuldades inerentes para todo aquele que deseja encontrar a verdade. A partir dos testemunhos diretos ou de sua divulgação caberia ao historiador encontrar suas relações e circunscrever um determinado evento na temporalidade, observando suas relações, seu início e seu fim, auferindo ainda a certeza nas histórias, eliminando-se afirmações falsas, deturpadoras ou equivocadas frequentes tanto em testemunhos oculares quanto nas memórias e em interpretações posteriores.

A seu modo realizou a crítica da escrita da história, como sendo algo rigorosamente neutro ou imparcial. Chladenius sabia que esta meta só poderia ser atingida muito parcialmente. A perfectibilidade das histórias, portanto, deveria partir dessa crítica inicial dos testemunhos e residir na correta urdidura tramada pelo historiador, localizado historicamente segundo suas próprias circunstâncias e situando historicamente as circunstâncias dos vestígios testemunhais do passado.

Integrando presente-passado-futuro e problematizando a consciência histórica, Chladenius coloca a todo historiador o desafio de situar as circunstâncias das fontes. Ao definir os modos de ver um evento, o autor tece uma observação: há eventos que são considerados únicos, visto que o observador (historiador) não pode ou tem a intenção de diferenciá-los pelo tempo, pelo local ou pela estrutura interna. A partir dessa observação, Chladenius (2013, p. 45) define o que seria a *Historie*, iniciando um deslocamento para o conceito moderno de História:

Historie indica tanto o evento propriamente dito, como também a ideia acerca dele e ainda a narrativa que somente se inicia a partir do evento. [...] Por isso, o conceito da palavra 'Historie' é muito amplo e inclui os eventos, os acasos, os enunciados históricos, as circunstâncias, a história, as narrativas e as notícias, todos somados, isto é, todos esses variados conceitos nos são apresentados reunidos numa grande trama quando utilizamos a palavra 'Historie'. [...]

Precisei retomar antigos textos da graduação e redescobrir um autor de 1752 para ver que, em seu esforço inaugural, a História, no sentido moderno, quando ainda não havia sua separação em relação à Geografia, triangulava sujeito, tempo e lugar para a configuração dos eventos. No seu marco de nascimento, a historiografia passa a considerar na história moderna a proposta de Chladenius, cuja base rompia o espaço e o tempo absolutos de Newton e, de certa forma, nos fornece pistas valiosas para pensarmos sobre a relatividade que será proposta por Einstein no início do século XX. Ou, de forma mais específica do ponto de vista historiográfico, uma interação entre temporalidades (tempo) e espacialidades constituídas e significadas em meio a um percurso histórico, considerando-se que as fontes apresentariam partes temporais e espaciais que mudam (endurantismo) e se movimentam (perdurantismo) a partir de um fluxo, na perspectiva da *stage view*. De vez em quando, a retomada de certos temas, como esse, dá a impressão de que estamos descobrindo a pólvora, entretanto, Inwood, na síntese da obra de Husserl afirma: "Husserl não vê o tempo como

sendo atomizado em séries discretas, instantes ou períodos: a nossa consciência de tempo é a de ‘um fluxo contínuo’ (Inwood, 1995, p. 383). Tenhamos em mente que a obra de Husserl é do final do século XIX e início do XX.

Seria o historiador nessa perspectiva um observador que, movendo-se em tempos espaciais específicos, teria diante de si outros observadores em outros tempos espaciais também próprios? Ao levar em consideração as circunstâncias e posição de cada observador direto da história, o historiador, enquanto segundo observador, deveria observar cada evento variar de um observador para outro. Esta complexidade envolveria tanto a percepção temporal, que poderia ter sido experimentada de forma dilatada ou comprimida afetando-a diretamente, quanto a experiência espacial, encurtando ou expandindo distâncias, aumentando ou diminuindo territórios. Visto por esse ângulo, é como se Chladenius se aproximasse de Einstein! O primeiro, falando em termos narrativos, o segundo em termos matemáticos; ambos buscando descrever eventos, considerando diferentes pontos de vista. Porto e Porto (2008, p. 1603) nos fornecem uma explanação sobre a teoria da relatividade que nos mostra essa proximidade:

Assim, aquilo que para um observador é uma quantidade associada a uma localização espacial, para outro será uma mistura de coordenadas temporal e espaciais. Em outras palavras, as transformações de Lorentz misturam coordenadas temporais e espaciais, rompendo a separação radical entre os conceitos de tempo e espaço. Espaço e tempo passam a formar na teoria da relatividade restrita um continuum quadrimensional. Nas palavras do matemático polonês Hermann Minkowski: daqui em diante, o espaço, por si só, e o tempo, por si só, estão condenados a desvanecer-se em meras sombras, e apenas um tipo de união dos dois conservará uma realidade independente.

Mas quais seriam as implicações diante do relativismo do ponto de vista proposto por Chladenius? Minha primeira intuição é a de que o trabalho do historiador deva sofrer algumas alterações. Pensar a partir de tempos espaciais requer, primeiro, uma reflexão crítica acerca da noção de fontes historiográficas compreendidas como discurso que fixa e data uma leitura, posicionada num espaço congelado (absoluto), capaz de segmentar e de capturar temporalidades. Articulando tempo/espaço em fluxo, o historiador é desafiado a repensar sua ancoragem; não mais se apoia em discursos, mas em narrativas que, evidentemente, apresentam-se numa perspectiva dialógica e também mostram sua face polifônica (Bakhtin, 1981). O processo histórico ganha dinamicidade e pode ser pensado em termos de drama; abre-se a possibilidade de diálogo

direto com a ritualística como a apresentada por Turner (1974, 1982, 1988, 2008) e com a perspectiva de eventos marcados pela singularidade, num percurso permeado por *performances* e *dramatismos* que exprimem, por meio de sua porosidade, as várias visões de mundo (ou, se quisermos, pontos de vista) que se agenciam em tramas numa determinada época (Dilthey, 1944 e 1954; Burke, 1966 e 1989; Reis 2010, p. 207- 243).

Tratar de narrativas requer um instrumental de interpretação que permita apreender o movimento, como no dramatismo de Kenneth Burke (1966, 1989) ou com uma hermenêutica específica, como propõe Ricoeur (2012), por exemplo. Vou considerar a hermenêutica ricoeuriana pelo simples fato desse autor ter obras traduzidas para o português. A Tríplice Mimesis, diferenciada em três categorias (Mímeses I, II e III), corresponde a um círculo interpretativo sem começo e nem fim no qual se busca a prefiguração do campo prático (através da Mimesis I), da configuração textual (a partir da Mimesis II) e da refiguração do campo prático pela recepção da obra (através da Mimesis III). É claro que não estou desconsiderando as dificuldades e os problemas de uma hermenêutica de narrativas históricas. O próprio Ricoeur alerta para a assimetria dos modos referenciais da narrativa histórica e da narrativa de ficção.

Somente a historiografia pode reivindicar uma referência que se inscreve na empeiria, na medida em que a intencionalidade histórica visa a acontecimentos que efetivamente ocorreram. Mesmo que o passado não seja mais e que, segundo a expressão de Agostinho, ele só possa ser alcançado no presente do passado, isto é, através dos vestígios do passado que se tornaram documentos para o historiador, não deixa de ser verdade que o passado ocorreu. O acontecimento passado, por mais ausente que esteja para a percepção presente, nem por isso deixa de governar a intencionalidade histórica, conferindo-lhe uma nota realista que nenhuma literatura jamais igualará, ainda que tenha a pretensão de ser ‘realista’. [...] Será preciso dizer, por um lado, o que essa referência por vestígios empresta da referência metafórica comum a todas as obras poéticas, na medida em que o passado só pode ser reconstruído pela imaginação, e, por outro, o que ela lhe acrescenta na medida em que é polarizada por um real passado. Inversamente, irá se colocar a questão de saber se a narrativa de ficção, por sua vez, não empresta da referência por vestígios uma parte de seu dinamismo referencial. Toda narrativa não é contada como se tivesse acontecido, como comprova o uso comum dos tempos verbais do passado para contar o irreal? Nesse sentido, a ficção tomaria empréstimos da história tanto

quanto a história toma empréstimos da ficção. É esse empréstimo recíproco que me autoriza a formular o problema da referência cruzada entre a historiografia e a narrativa de ficção. Esse problema só poderia ser desconsiderado numa concepção positivista da história que ignorasse a parcela de ficção na referência por vestígios, e numa concepção antirreferencial da literatura que ignorasse o alcance da referência metafórica em toda poesia (Ricoeur, 2007, p. 139-140).

Entretanto, é preciso realçar, Ricoeur não defende uma história narrativa e nem pretende defender uma dada ambiguidade da disciplina histórica, meio literária, meio científica; ela se inscreveria, de acordo com o autor, no grande círculo mimético proposto por ele. Nesse sentido, as narrativas devem ser compreendidas como um ato que constitui uma pré-compreensão de uma ação ou do agir de um personagem; ou, ainda, de uma intriga. Nesse ato, o tempo espacial da ação se apresenta ao nível do vivido que lhe empresta sua semântica, assim como suas mediações simbólicas e seu caráter temporal. Toda a trama, ou intriga, busca comunicar a experiência de alguém para o leitor, sem cristalizá-la (Ricoeur, 1994, 2007).

Considerações ou implicações? Por uma revitalização das fontes historiográficas

Qual é a implicação dessa elaboração em relação às fontes? Em síntese, o pressuposto historiográfico propõe a compreensão de um tempo em fluxo que se contrapõe a um espaço fixo, considerado enquanto representação. Entretanto, esse pressuposto requer uma reflexão quanto à ancoragem da História: o documento (em sentido amplo). Essa ancoragem, em vez de ser lida em fluxo, é sempre compreendida a partir de alguns fixos, especialmente quando datamos os documentos e realizamos sua crítica interna.

A Tríplice Mimesis proposta por Ricoeur (2007) nos leva a refletir sobre a ancoragem da História; qual seja: as fontes historiográficas. Se as considerarmos enquanto discurso, tornam-se um fixo. Nesse sentido, a concepção de tempo em fluxo é relativizada pelo instrumental utilizado pela historiografia. Entretanto, se as considerarmos como ato narrativo, numa perspectiva chladeniana e, posteriormente, ricoeuriana, por exemplo, elas passam a existir enquanto tal a partir do ponto de vista do observador no primeiro autor, e do ponto de visto do leitor, no caso de Ricoeur, lançando-o de certo modo numa fluidez. Cada leitor, na perspectiva ricoeuriana, constrói uma leitura e uma tradução das fontes; isto posto, Ricoeur coloca as fontes em fluxo, acompanhando o movimento da temporalidade.

É nesta perspectiva que tenho refletido. Considero que devemos revitalizar as fontes, tomando-as enquanto narrativas (Bauman, 1984; Frank, 2010). Desse modo, teremos uma fonte capaz de abrigar a história em movimento, articulando tempo e espaço numa única categoria. Em outras palavras, o documento deixa de ser um discurso e, por conseguinte, deixa de ter uma única leitura para a historiografia e passa a ser narrativa, favorecendo uma História em aberto, com inúmeras porosidades (Ricoeur, 1994 e 2007) Caputo, 1987; Heidegger, 1995).

Assim, a partir de uma visão panorâmica do tema e do recorte proposto, não levantaremos considerações finais. Em vez disso, deixamos mais uma questão: Como as fontes que versam sobre determinado evento desvelam tempos espaciais e desafiam a percepção de documento enquanto discurso? Para essa provocação final, que nos servirá de fecho dessas notas de pesquisa, temos apenas uma hipótese para os jovens historiadores se aventurarem: se o espaço for considerado como flexível e o tempo como fluxo, a historiografia deverá rever seus fundamentos em função da fixidez das fontes, percebidas e consideradas enquanto discursos. Se as fontes forem percebidas como eventos, esses passam a ser um divisor de águas. Em outras palavras, as fontes são um ponto de chegada e também um ponto de partida; isto é, não poderão ser compreendidas e nem percebidas como todo o percurso; elas não determinam o que vem depois. Nesse sentido, o exercício das traduções das narrativas nos fornece, concomitantemente, diferentes visões de mundo (pontos de vista) a partir de um mesmo evento e não propriamente a representação de uma dada realidade (Bakhtin, 1981). Considerando-se a perspectiva da *stage view* apenas para fins especulativos e a natureza desse texto enquanto nota de pesquisa, poderíamos aventar a possibilidade das fontes existirem como entidades constituídas em diferentes tempos e que, portanto, persistem enquanto tais; entretanto, apresentam uma essência que pode ser apreendida em tempos diferentes que se relacionam.

Com base nessa hipótese, vale refletir sobre a perspectiva de Harrison. Para o autor, tudo que existe no Universo tem uma idade, tema pouco explorado não só pela historiografia como também pela fenomenologia. Segundo Harrison (2014), falta-nos ousadia para pensarmos o que o autor denomina como passagens multidimensionadas [multidimensionadas?] e interpenetradas a partir das quais somente a noção de idade confere a dimensão de realidade ao tempo. Isso posto, ainda dentro da provocação da hipótese acima, no que se refere à historiografia poderíamos trabalhar com quatro metáforas: primeira, a fonte historiográfica como uma peça de cristal – *semper idem* (sempre a mesma - endurantismo) – e, por isso, merece e deve ser conservada como tal em arquivos e museus. Numa segunda metáfora, podemos ter uma fonte gelatinosa cuja

leitura pode remeter a uma flexibilidade, dependendo da intenção do leitor (o objeto não muda, mas muda o tempo - endurantismo). Uma terceira possibilidade põe a fonte documental na forma hídrica; ou seja, assim como a água ela se adapta aos diversos “recipientes” (perdurantismo). Por último, a partir de uma abordagem fenomenológica, a fonte surge como uma espécie de *clima*, uma espécie de *ar* onde se respira, se inspira e se transpira sobre uma época. Esse *clima* traduz uma dimensão fantasmagórica que permite a essa fonte documental uma existência enquanto percebida, entendida ou apreendida, enquanto objeto da consciência, nos dizeres de Husserl. De tal maneira que, nesta última dimensão, a historiografia deverá considerar a fonte documental como uma narrativa repleta de porosidades por onde transpiram as visões de mundo e o *clima* de uma época, em constante fluxo (*stage view*).

Referências

- ASEGUINOLAZA, Fernando Cabo. 2011. The Spatial Turn in Literary Historiography. *CLCWeb: Comparative Literature and Culture*, 13(5), online.
- BAKHTIN, M. M. 1981. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- BARROS, J. D. A. 2006. História, espaço e tempo: interações necessárias. *Varia Historia*, 22(36):460-475.
- BARROS, J. D. A. 2012. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis, Vozes.
- BARROS, J. D. A. 2017. *História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares*. Petrópolis, Vozes.
- BAUMAN, R. [1977] 1984. *Verbal Art as Performance*. Long Grove, Waveland Press.
- BERGSON, H. 2006. *O pensamento e o movimento*. São Paulo, Martins Fontes.
- BLOCH, M. 2001. A história, os homens e o tempo. In: M. BLOCH, *Apologia da história: Ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BONNEUIL, Noël. 2010. The Mathematics of Time in History. *History and Theory*, 49:28-46.
- BRAUDEL, F. 1987. *Espaço e a História no Mediterrâneo*. Lisboa, Editora Teorema.
- BURKE, K. [1945] 1966. *A Grammar of Motives*. Berkeley, University of California Press.
- BURKE, K. 1989. *On Symbols and Society*. Chicago, The University of Chicago Press.
- CAPUTO, J. 1987. *Radical Hermeneutic: Repetition, Deconstruction, and the Hermeneutic Project*. Bloomington, Indiana University Press.
- CERTEAU, M. de. 1982. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- CHLADENIUS, J. M. 2013. *Princípios gerais da ciência histórica*. Campinas, Editora UNICAMP.
- DILTHEY, W. 1944. *La esencia de la filosofía*. Buenos Aires, Editorial Losada.
- DILTHEY, W. 1954. *Teoría de la concepción del mundo*. México, Fondo de Cultura Económica.
- FEBVRE, L. 1989. *Combates pela história*. Lisboa, Presença.
- FOUCAULT, M. 2003. Outros espaços. In: M. FOUCAULT, *Ditos e escritos III - Estética: Literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- FRANCK, D. 1986. *Heidegger et le Problème de l'Espace*. Paris, Minuit.
- FRANK, Arthur W. 2010. *Letting Stories Breathe: A Socio-narratology*. Chicago, The University of Chicago Press.
- HARRISON, R. P. 2014. *Juvenescence: A Cultural History of Our Age*. Chicago, The University of Chicago Press.
- HAWLEY, Katherine. 2020. Temporal Parts. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/temporal-parts/> Acesso em: 07/01/2021.
- HEIDEGGER, M. 1995. *Ser e Tempo*. Petrópolis, Vozes.
- INWOOD, M. J. 1995. Edmund Husserl. In: T. HONDERICH (ed.), *The Oxford Companion to Philosophy*. Oxford, Oxford University Press, p. 383-384.
- KOSELLECK, R. 2014. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio.
- LEFEBVRE, H. 2000. *La Production de L'Espace*. 4. ed. Paris, Anthropos.
- MARQUES, J. B. 2008. O conceito de temporalidade e sua aplicação na historiografia antiga. *Revista de História*, 158:43-65.
- MASSEY, D. 2009. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- MCTAGGART, J. M. E. 1908. The Unreality of Time. *Mind*, 17:457-73.
- PEREC, Georges. [1974] 2000. *Espèces d'espaces*. Paris, Galilée.
- PORTO, C. M.; PORTO, M. B. D. S. M. 2008. Uma visão do espaço na mecânica newtoniana e na teoria da relatividade de Einstein. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, 30(1):1603-1 a 1603-8.
- REIS, J. C. 2010. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro, FGV.
- RICOEUR, P. 2007. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, Editora Unicamp.
- RICOEUR, P. 2012. *Sobre a tradução*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- RICOEUR, P. 1994. *Tempo e narrativa*. Campinas, Papirus. 3 vols.
- ROTH, Paul A. 2012. The Past. *History and Theory*, 51:313-339.
- RUNIA, Eelco. 2006. Presence. *History and Theory*, 45:1-29.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. 2006. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo, Contexto.
- SOUZA, J. C. 1996. *Os pré-socráticos: fragmentos, doxografia e comentários*. São Paulo, Nova Cultural.
- TURNER, V. 1974. *Dramas, Fields and Metaphors: Symbolic Action in Human Society*. London, Cornell University Press.
- TURNER, V. 1982. *From Ritual to Theatre: The Human Seriousness of Play*. New York, PAJ Publications.
- TURNER, V. 1988. *The Anthropology of Performance*. New York, PAJ Publications.
- TURNER, V. [1969] 2008. *The Ritual Process: Structure and Anti-structure*. New Brunswick, Aldine Transaction.
- VITIELLO, Vincenzo. 1994. *Elogio dello spazio: ermeneutica e topologia*. Milano, Bompiani.

Submetido em: 17/09/2020

Aceito em: 01/02/2021